Docusign Envelope ID: 3654C111-C92A-419D-ADF8-C83634CB14E3

aena Brasil

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 48.725.405/0001-13

Relatório da Administração

1. Sobre o Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. 1.1 Apresentação e Contexto operacional: O Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("Aena Brasil" "BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16/11/2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo "Poder Concedente" nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Washington Luiz, S/N, bairro Santo Amaro, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("Aena Desarrollo"), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. ("Grupo Aena"), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil com 17 aeroportos. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18/08/2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo se sagrou vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP); • Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG); • Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR); • Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP); • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN); • Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA); • Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ); • Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT); • Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL); • Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK); e • Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR). Em 20/10/2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão da ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo Internacional S.M.E, S.A. ("Aena Desarollo"). Em 16/11/2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB") para desenvolver a concessão. A vigência do "Contrato" é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05/06/2023. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia. As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB. • 10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL; • 13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG; • 17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP; • 07/11/2023 –Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP; • 10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR; • 13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR; • 16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK; • 21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA; • 24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ; • 27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN; • 30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT. O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases: • **Fase 1-A**: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada nos meses de outubro e novembro de 2023, com o processo de assunção dos aeroportos do bloco realizado mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"), visando mitigar impactos operacionais. • **Fase 1-B**: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no primeiro semestre de 2025, com prazo para execução desta fase em 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia. • **Fase 2**: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão. **Licenças e autorizações:** Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes: • Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado; • Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; • Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente; com vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2025 e 2026. **1.2 Principais Eventos:** No quarto trimestre de 2024, foram contratadas as obras para os aeroportos de Uberaba (SBUR), Uberlândia (SBUL) e Montes Claros (SBMK), enquanto a contratação das intervenções nos demais aeroportos e equipamentos (como pontes de embarque, sistemas BHS e HBS) encontra-se em fase avançada de negociação. Esses projetos representam um investimento total de R$ 4.500 milhões nos próximos anos, sendo cerca de R$ 2.000 milhões destinados ao Aeroporto de Congonhas. As obras de expansão e adaptação da infraestrutura da Fase I-B têm previsão de conclusão em junho de 2026 para 10 aeroportos e em junho de 2028 para o Aeroporto de Congonhas. Simultaneamente, estão em andamento atividades iniciais dessa fase, como demolições, realocação de campos de antenas e hangares. No Aeroporto de Congonhas - São Paulo, também estão em execução obras de curto prazo ("quick wins"), voltadas à melhoria da infraestrutura e operação. No "lado terra", as intervenções incluem: • Ampliação da área de embarque remoto; • Melhorias no sistema de ar-condicionado e sinalização (*wayfinding*); • Reforma de sanitários; • Reformulação do canal de inspeção; • Restauração da fachada e adequação do sistema viário. No "lado ar", estão sendo realizadas melhorias nas taxiways para aumentar a eficiência operacional. Além disso, foi contratada a implantação da Praça Pick-up, uma iniciativa que visa melhorar a mobilidade do sistema viário do Aeroporto de Congonhas. O projeto utilizará a cobertura do edifício garagem como via exclusiva para o embarque de passageiros em veículos de aplicativos, além de prever áreas comuns com sanitários e espaços de convivência. O projeto de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, o segundo mais movimentado do Brasil, trará diversas melhorias para a infraestrutura, incluindo: • Novo terminal de passageiros que dobrará o tamanho do atual para 105.000 m2 e ampliará o espaço comercial para 20.000 m2 com uma maior oferta de serviços para passageiros, novas salas VIP, escritórios e salas de negócios. • 19 pontes de embarque, que substituirão as atuais 12, que permitirão que 70% dos embarques sejam diretos para aeronaves. • Novo pátio de aproximadamente 215.000 m2 para aviação comercial e vagas de estacionamento de aeronaves que aumentará de 30 para 37. Os pátios existentes receberão o chamado "reforço estrutural" e incluirão a construção de novas pistas de taxiamento para aeronaves, uma nova via de serviço para aviação geral e uma saída rápida da pista para tornar as operações mais seguras e eficientes. • O projeto inclui a preservação, revitalização e integração das áreas tombadas como Patrimônio Histórico. Em termos de sustentabilidade, o aeroporto contará com uma nova subestação elétrica, coleta de resíduos sólidos, bem como mais iluminação natural e um sistema de climatização mais eficiente. Essas obras possibilitarão aos aeroportos do bloco o aumento da capacidade para 29,5 milhões de passageiros por ano. A Companhia, aportou o valor de R$ 2.533 milhões, montante da adjudicação no leilão público da ANAC nº 01/2022, sendo o primeiro aporte em 06/04/2023 no valor de R$ 1.273 milhões, atualizado pelo IPCA desde fevereiro 2023, o segundo feito em 05/06/2023 no valor de R$ 1.260 milhões, assim como outros custos necessários para a assinatura do Contrato pagos entre 02 a 13/02/2023, no valor total de R$ 817 milhões, de acordo com o previsto nas regras do edital do leilão público. A ANAC aprovou os Planos de Transferência Operacionais (PTO) dos aeroportos em agosto de 2023. Após o pagamento da outorga e o preenchimento de outros requisitos como a contratação de seguros de responsabilidade civil e danos materiais, em outubro de 2023 foram iniciadas as operações do Aeroporto de Uberlândia – SBUL, Aeroporto de Campo Grande – SBCG, Aeroporto de Congonhas - SBSP, os demais aeroportos iniciaram as operações em novembro de 2023. A Companhia obteve as seguintes receitas nos exercícios: • **Receitas tarifárias -** constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remunera os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei nº 6009/1972, Decreto nº 89121/1983 na Resolução nº 432/2017 e na Portaria nº 219/6C-5/2001 e o previsto no Contrato. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2024 por esta categoria foi de R$ 636,7 milhões (2023: R$ 112,6 milhões). • **Receitas não tarifárias** – decorrentes de exploração das atividades econômicas, em geral mediante celebração de contratos de cessão de área a terceiros, em regime de direito privado. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2024 por esta categoria foi de R$ 321,0 milhões (2023: R$ 58,0 milhões). • **Receita por prestação de serviço de construção** - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2024 por esta categoria foi de R$ 187,2 milhões (2023: R$ 42,7 milhões). ***Operação:*** Os onze aeroportos administrados pela Companhia registraram 27,4 milhões de passageiros até 31/12/2024 (2023: 26,3 milhões de passageiros) o que representa um aumento YoY (*Year over Year*) de 4,04%, considerando o período de operação de 2023 administrado pela Infraero. Em termos de movimentação de aeronaves e volume de carga, registraram-se 322.430 operações (+2,13% YoY,), 2023: 315.703 operações, e 52.004 toneladas de mercadorias (+16,16% YoY), 2023, 44.770 toneladas de mercadorias. A seguir é demonstrado o volume de passageiros em cada aeroporto administrado pela AENA Brasil:

	Em milhões de passageiros	
Localidade do aeroporto	**2024**	**2023**
Congonhas (SBSP)	23,13	22,13
Uberlândia (SBUL)	1,03	1,11
Campo Grande (SBCG)	1,53	1,53
Montes Claros (SBMK)	0,36	0,33
Marabá (SBMA)	0,38	0,37
Carajás (SBCJ)	0,22	0,18
Santarém (SBSN	0,52	0,44
Uberaba (SBUR)	0,10	0,08
Ponta Porã (SBPP)	0,04	0,07
Corumbá (SBCR)	0,03	0,04
Altamira (SBHT)	0,10	0,09
TOTAL	**27,44**	**26,37**

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação, *impairment* e amortização) foi positivo no valor total de R$ 600,4 milhões (2023: R$ 66,6 milhões), com custos operacionais na ordem de R$ 600,0 milhões, correspondentes principalmente aos serviços de terceiros, custo de construção e amortização. As despesas gerais e administrativas aumentaram para R$ 70,7 milhões (2023: R$ 51,8 milhões) e os custos operacionais aumentaram para R$ 609,0 milhões (2023: R$ 120,8 milhões). O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 199,9 milhões (2023: negativo em R$ 121,6 milhões), devido principalmente aos juros incorridos na operação de *Intercompany Loan,* firmada para o financiamento da outorga da concessão. A Companhia assinou em 20/01/2023 um empréstimo com o seu acionista a Aena Desarrollo, no montante de R$ 2.450 milhões recebidos em 06/02/2023, com juros semestrais à taxa CDI, e vencimento inicial em 16/03/2025, e prorrogação realizada para dezembro de 2025. O lucro líquido do exercício alcançou a importância de R$ 173,8 milhões (2023: prejuízo líquido de R$ 54,2 milhões), com o impacto do imposto de renda e contribuição social R$ 88,4 milhões (em 2023: R$ 27,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos). **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, María Teresa Gómez Condado, Mariano Domingo Calvo, Josep Antoni Duran i Lleida, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato, María José Cuenda Chamorro, Noelia Martínez Morato e Jaime García-Legaz Ponce, membros eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Joaquín Rodríguez Guerrero – Diretor Geral, Sr. Rodrigo Almeida Rosa – Diretor Econômico-Financeiro, Renata de Abreu Martina – Diretora de Assessoria Jurídica e Raul Moya Gonzalez – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. **3. Considerações finais: Auditores independentes:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 14/02/2025. ***A Administração.***

Balanços patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	655.461	338.273	Fornecedores	13	33.789	27.842
Aplicações financeiras	7	168.738	313.003	Financiamentos e arrendamentos		181	–
Contas a receber de clientes	8	126.048	98.687	Contas a pagar – partes relacionadas	14	49.640	40.894
Imposto a recuperar	9	10.775	33.913	Empréstimos – partes relacionadas	14	2.554.397	116.639
Contas a receber – partes relacionadas	14	47.987	28.080	Impostos a recolher	15	22.008	18.760
Despesas antecipadas		456	6.281	Passivos fiscais correntes	15.1	29.523	–
Outros créditos		2.112	2.273	Obrigações sociais e trabalhistas	16	19.746	8.516
Total do ativo circulante		**1.011.577**	**820.510**	Provisões de contas a pagar	17	60.211	27.877
				Provisões contingências	19	41	–
Não circulante				Outras contas a pagar	18	3.393	3.075
Realizável a longo prazo				**Total do passivo circulante**		**2.772.930**	**243.603**
Ativo fiscal diferido	10	13.487	28.117	**Não circulante**			
Impostos a recuperar	9	10.224	1.714	Financiamentos e arrendamentos		137	–
Total do realizável a longo prazo		**23.711**	**29.831**	Empréstimos – partes relacionadas	14	–	2.450.000
Imobilizado	11	3.796	3.090	**Total do passivo não circulante**		**137**	**2.450.000**
Ativo de contrato	12	127.100	29.057	**Patrimônio líquido**	19		
Intangível	12	3.365.381	3.395.786	Capital social		1.639.251	1.639.251
Total do ativo não circulante		**3.519.988**	**3.457.764**	Reservas de lucros		119.247	–
				Prejuízos acumulados		–	(54.580)
				Total do patrimônio líquido		**1.758.498**	**1.584.671**
Total do ativo		**4.531.565**	**4.278.274**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**4.531.565**	**4.278.274**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2022		**1**	**–**	**–**	**(362)**	**(361)**
Integralização capital social		1.639.250	–	–	–	1.639.250
Prejuízo do exercício		–	–	–	(54.218)	(54.218)
Saldos em 31/12/2023		**1.639.251**	**–**	**–**	**(54.580)**	**1.584.671**
Lucro líquido do exercício	19.1	–	–	–	173.827	173.827
Constituição da reserva legal		–	5.962	–	(5.962)	–
Retenção de lucros		–	–	113.285	(113.285)	–
Saldos em 31/12/2024		**1.639.251**	**5.962**	**113.285**	**–**	**1.758.498**

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida		1.145.045	213.429
Custos dos serviços prestados	22	(421.801)	(78.140)
Custo de Construção	22	(187.215)	(42.710)
Lucro bruto		**536.029**	**92.579**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(70.778)	(51.886)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	(3.110)	(1.235)
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido e impostos		**462.141**	**39.458**
Receitas financeiras	24	68.098	162.399
Despesas financeiras	24	(267.966)	(284.005)
Resultado financeiro líquido	24	**(199.868)**	**(121.606)**
Resultado antes dos impostos		**262.273**	**(82.148)**
Imposto de renda e contribuição social	10	(88.446)	27.930
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**173.827**	**(54.218)**

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	173.827	(54.218)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**173.827**	**(54.218)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**173.827**	**(54.218)**
Ajustes por:			
IRPJ e CSLL – corrente	10	73.816	(27.930)
IRPJ e CSLL – diferido		14.630	–
Depreciação	11	1.153	344
Amortização	12	137.080	26.801
Variação cambial		7.863	–
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	3.110	1.235
Receita sobre aplicações financeiras e juros	24	(68.098)	(162.399)
Juros incorridos empréstimos e arrendamentos	14	259.684	275.762
Provisão para contingências	19	41	–
		603.106	**59.595**
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(30.471)	(99.922)
Imposto a recuperar		18.671	(32.199)
Despesas antecipadas		5.825	(6.281)
Outros créditos		162	(2.272)
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		2.351	3.803
Contas a pagar – partes relacionadas		(19.024)	40.894
Obrigações sociais e trabalhistas		11.230	8.516
Impostos e contribuições a recolher		3.248	18.760
Passivos fiscais correntes		(38.040)	–
Provisões de contas a pagar		(9.808)	35.570
Outras contas a pagar		318	2.814
Juros pagos	14	(271.926)	(159.123)
IRPJ e CSLL pagos		(6.253)	(32.125)
Juros recebidos	24	68.098	162.399
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades operacionais		**337.487**	**429**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Integralização do capital		**–**	1.639.250
Adições de imobilizado	11 e 28	(1.869)	(3.441)
Adições de intangível	12 e 28	(163.025)	(3.434.969)
Baixas de imobilizado/intangível	11	10	7
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	144.265	(313.003)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		**(20.619)**	**(2.112.156)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	14	517	2.450.000
Pagamentos de passivo de arrendamento	14	(197)	–
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		**320**	**2.450.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**317.188**	**338.273**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		338.273	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		655.461	338.273
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**317.188**	**338.273**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16/11/2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Washington Luiz, S/N, bairro Santo Amaro, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("Aena Desarrollo"), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. ("Grupo Aena"), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil, onde administra 17 aeroportos. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18/08/2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo se sagrou vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP); • Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG); • Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR); • Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP); • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN); • Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA); • Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ); • Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT); • Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL); • Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK); e • Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR). Em 20/10/2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão da ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo. Em 16/11/2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB") para desenvolver a concessão. A vigência do "Contrato" é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05/06/2023. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia. As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB, abaixo datas do início das operações por aeroporto: • 10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL; • 13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG; • 17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP; • 07/11/2023 – Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP; • 10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR; • 13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR; • 16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK; • 21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA; • 24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ; • 27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN; • 30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT. O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases: • **Fase 1-A**: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada nos meses de outubro e novembro de 2023, com o processo de assunção dos aeroportos do bloco realizado mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"), visando mitigar impactos operacionais. • **Fase 1-B**: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no primeiro semestre de 2025, com prazo para execução desta fase em 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia. • **Fase 2**: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão. **Licenças e autorizações**: Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes: • Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado; • Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e • Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente, com vigências em geral entre 2 e 8 anos, com vencimentos próximos entre 2025 a 2029. **1.1 Planos da administração sobre a continuidade operacional:** O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31/12/2024 está negativo em R$ 1.761.353 (2023: positivo em R$ 576.907). Esta posição deve-se em razão de uma transação com parte relacionada (AENA Desarollo Internacional SME – "ADI"), que é também o acionista único da Companhia. Trata-se de um contrato de empréstimo entre as partes, no valor original de R$ 2.450.000, assinado em 20/01/2023, cujo objetivo foi custear parte dos investimentos previstos na fase I-A, sendo os recursos disponibilizados em 06/02/2023. O referido empréstimo foi contratado em moeda nacional (R$) a taxa de CDI, com liquidação dos juros realizadas semestralmente. O vencimento deste contrato foi definido inicialmente para março de 2025, e, posteriormente, prorrogado para dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 14, de partes relacionadas. Trata-se, portanto de um empréstimo provisório, com o acionista único da Companhia, até que a Companhia termine a estruturação e negociação do financiamento definitivo, de longo prazo, como forma de fazer frente aos seus compromissos de investimentos previstos no Contrato de Concessão. No contexto deste processo de estruturação e negociação do financiamento definitivo, a Companhia vem trabalhando com seus assessores financeiros e legais e mantendo atualizados tanto o Conselho de Administração, quanto seu acionista único que vem acompanhando em reuniões regulares e inclusive decidindo durante esta evolução. Assim, a Companhia já submeteu e obteve a aprovação de seu Conselho, durante o último trimestre de 2024, de: • Uma estratégia financeira (financiamento) de curto e longo prazos. • O orçamento financeiro e operacional do ano de 2025. • Um plano de negócios de longo prazo: inclui a previsão detalhada dos fluxos de caixa da Companhia, durante prazo da Concessão. • Aprovado e contratado um financiamento ponte, por meio de Notas Comerciais emitidas em 13/01/2025, no valor de R$ 570.000 que faz parte do cumprimento do planejamento definido na Estratégia Financeira pactuada no Plano de Negócios aprovado pela Administração da Companhia. • Contratação de empréstimo junto a instituições financeiras, com prazo de 20 a 23 anos, em andamento que apresenta expectativa de finalização até dezembro de 2025, no montante de R$ 4.750.000. Atualmente o processo encontra-se em fase de *due diligence* ambiental, societária e operacional. Adicionalmente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não tem outras dívidas contratadas com terceiros relacionadas a empréstimos ou financiamentos, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2025, a Administração e seus assessores financeiros não esperam dificuldades em cumprir com a principal obrigação financeira contratada com partes relacionadas, considerando, entre outros fatores, o consistente plano operacional atualmente em curso e aprovação dos empréstimos junto às instituições financeiras. Para complementar, e caso seja necessário, o acionista controlador da Companhia considera prorrogar o prazo de vencimento de seu empréstimo entre as partes, no montante de R$ 2.450.000, acima mencionado, até o momento do desembolso do empréstimo de longo prazo. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14/02/2025. Detalhes sobre as principais políticas materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos**: As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Companhia para os exercícios findos de 31/12/2024 e 2023, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização e aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas. • Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda corrente e contribuição social corrente e diferido - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis que possam ser utilizados. • Notas explicativas nº 11 e 12 - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível). ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2**: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício

Docusign Envelope ID: 3654C111-C92A-419D-ADF8-C83634CB14E3

continuação

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

está demonstrada a movimentação da PECLD e perda esperada no exercício:

	2024	2023
Saldos iniciais	**(1.235)**	**–**
(–) Adições do exercício	(3.545)	(1.235)
(+) Reversões do período	435	–
Saldos finais	**(4.344)**	**(1.235)**

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil nota 6.h, é refletida na PECLD do exercício. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2024	2023
A vencer	123.021	99.922
Vencidos:		
Até 3 meses	3.026	–
Entre 4 e 6 meses	1.279	–
Acima de 6 meses	3.066	–
	130.392	**99.922**

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento. **9. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades, e nas aquisições de bens para o ativo imobilizado.

Circulante	2024	2023
PIS (b)	1.779	210
COFINS (b)	4.688	1.576
Saldo negativo IRPJ/CSLL (a)	4.225	31.379
Outros impostos a Recuperar	83	748
	10.775	**33.913**
Não circulante		
PIS (b)	1.717	296
COFINS (b)	8.507	1.418
	10.224	**1.714**

(a) Refere-se a créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira R$ 1.731 (2023: R$ 29.307) e antecipação da apuração anual IRPJ/CSLL R$ 2.388 (2023: R$2.072). (b) Créditos de PIS e COFINS - De acordo com a normativa tributária aplicável, os créditos de PIS e COFINS das aquisições dos bens de intangível-contrato de concessão a recuperar e a compensar terão disponibilidade conforme o fluxo de depreciação e amortização de tais bens, e serão utilizados nas apurações mensais com a aplicação das alíquotas de PIS e COFINS sobre os montantes da depreciação e amortização de cada período, que serão abatidos nas apurações mensais sobre o faturamento. Portanto, a Companhia classifica como não circulante os créditos cuja utilização é esperada em período superior a 12 meses desde a data do balanço, baseada nas projeções elaboradas pela Administração. **10. Impostos de renda e contribuição social correntes e impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos consideram as alíquotas vigentes sobre o resultado. (a) A seguir está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado do exercício:

	2024	2023
Imposto diferido	**(14.630)**	**27.930**
IRPJ	(10.781)	20.537
CSLL	(3.849)	7.393
Imposto corrente	**(74.595)**	**–**
IRPJ	(54.831)	–
CSLL	(19.764)	–
Total IRPJ e CSLL	**(89.225)**	**27.930**
Incentivo Lei do Bem, Projetos P&D	779	–
Total IRPJ e CSLL após incentivo	**(88.446)**	**27.930**

(b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o resultado contábil e fiscal no exercício:

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**262.273**	**(82.148)**
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças	(2.010)	–
Diferenças temporárias:		
Provisões de despesas	7.505	19.986
Provisões de Incentivos e Descontos	3.797	–
Provisão para remuneração variável	5.585	2.468
Provisões de custos *intercompany*	1.419	713
AVP Arrendamentos (CPC 06)	(66)	–
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Indedutível	2.559	1.235
Resultado fiscal do exercício	**281.063**	**(57.746)**
Diferenças temporárias – Prejuízo fiscal	(58.295)	–
Retificação ECF 2023 – aumento do Prejuízo Fiscal	(3.370)	–
Base de cálculo	**219.398**	**–**
Alíquota combinada IRPJ/CSLL – Taxa efetiva	**34%**	**–**
Imposto corrente do exercício	**74.595**	**–**

Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	2024	2023
2022 – Prazo ilimitado	–	549
2023 – Prazo ilimitado	–	57.746
	–	**58.295**
Compensação no exercício	**(58.295)**	**–**

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido decorrente da apuração fiscal e da base negativa da contribuição social a utilizar no futuro, efeito das diferenças temporárias apuradas entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R$ 13.487 (2023: R$ 28.117). Com base nas projeções preparadas pela Administração que demonstram que no futuro previsível obterá lucros tributáveis para compensação do tributo diferido originário das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais existentes. A projeção realizada pela Administração, considera premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo será realizado, considerando que a Companhia possui: (i) contrato de concessão válido para a operação de 11 aeroportos distribuídos nas regiões sudeste, centro oeste e norte do Brasil; (ii) opera com as principais empresas aéreas nacionais; e (iii) possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos. Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, o que possibilita que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota nº 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável. (c) A seguir, demonstrado para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para o exercício de 2024:

	Provisões	Contas a receber (PECLD)	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Saldos imposto de renda ativo em 31/12/2022 (não auditado)	**–**	**–**	**–**	**187**	**187**
Lançamentos no resultado	6.795	419	1.082	19.634	27.930
Saldos imposto de renda ativo em 31/12/2023	**6.795**	**419**	**1.082**	**19.821**	**28.117**
Lançamentos no resultado	1.630	484	3.076	(19.820)	(14.630)
Saldos imposto de renda ativo em 31/12/2024	**8.425**	**904**	**4.158**	**–**	**13.487**

11. Imobilizado: a. Composição:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2024 Custo	2024 Depreciação acumulada	2024 Total	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Total
Máquinas e Equipamentos	8,33	279	(166)	113	282	(35)	247
Computadores, periféricos e softwares	25	4.498	(1.150)	3.348	3.152	(309)	2.843
Arrendamento de equipamentos	10	517	(182)	335	–	–	–
		5.294	**(1.498)**	**3.796**	**3.434**	**(344)**	**3.090**

b. *Movimentação*:

	Equipamentos	Arrendamento de equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo líquido em 31/12/2022 (não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**
Adições	282	3.159	–	3.441
Baixas		(7)	–	(7)
Depreciação	(35)	(309)	–	(344)
Saldo líquido em 31/12/2023	**247**	**2.843**	**–**	**3.090**
Adições	–	1.352	517	1.869
Baixas	(4)	(6)	–	(10)
Depreciação	(131)	(840)	(182)	(1.153)
Saldo líquido em 31/12/2024	**113**	**3.348**	**335**	**3.796**

12. Intangível e ativo de contrato: a. Composição:

	2024 Custo	2024 Amortização acumulada	2024 Total	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Total
Outorga – Concessão	3.350.373	(138.736)	3.211.637	3.350.373	(25.738)	3.324.635
Obras e instalações	51.342	(841)	50.501	–	–	–
Equipamentos de informática e outros	24.989	(5.141)	19.848	15.574	(746)	14.828
Máquinas e Equipamentos	9.226	(425)	8.801	277	–	277
Sistemas informatizados	76.071	(17.738)	58.333	56.331	(316)	56.015
Outros ativos	17.262	(1.001)	16.261	31	–	31
Total intangível	**3.529.263**	**(163.882)**	**3.365.381**	**3.422.586**	**(26.800)**	**3.395.786**
Ativo de contrato (ii)	**127.100**	**–**	**127.100**	**29.057**	**–**	**29.057**

Para obras e instalações, a amortização será calculada considerando o prazo da data de aquisição do bem até *o prazo final da concessão. Para os demais itens, a vida útil foi reavaliada conforme define a norma de registro e avaliação de ativos fixos, elaborada em atendimento aos CPC 27, ICPC 10,* IAS 16. Na tabela a seguir são resumidas as principais taxas:

	Taxa anual
Outorga – Concessão	3,33%
Obras e instalações	3,33%
Equipamentos de informática e outros	20,00%
Máquinas e equipamentos	8,33%
Sistemas informatizado	25,00%

(i) Contrato de concessão de serviços - Outorga: Consiste no valor de R$ 3.350.373 pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão, amortizado por igual período. Também estão registrados os custos derivados do contrato de concessão que incluem os valores pagos a terceiros, conforme definido no edital do leilão da 7ª rodada de concessão, realizado em 18/08/2022 no valor de R$ 817.103, amortizado no período da concessão. A concessão começou na data de eficácia do contrato, firmado em 05/06/2023. A amortização dos valores acima mencionados foi iniciada em 10/10/2023, data de início da operação do primeiro aeroporto da Companhia. ***(ii) Infraestrutura em andamento:*** O montante de R$ 127.000 (R$ 29.057 em 2023) refere-se a obras em andamento e melhorias ainda não concluídas, conforme a Nota Explicativa 6(e). Em 2024, em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado e pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Administração reclassificou os valores do exercício corrente e do período comparativo para a rubrica de Ativo de Contrato.

b. Movimentação:

	Intangível								
	Outorga – concessão	Obras e instalações	Equipamentos informáticos e outros	Máquinas e equipamentos	Sistemas informatizados em andamento	Outros ativos	Subtotal	Ativo de contrato	Total
Saldos em 31/12/2022 (não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Aquisição	3.350.373	–	15.574	277	56.331	32	3.422.587	29.057	**3.451.644**
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Amortização	(25.738)	–	(746)	–	(317)	–	(26.801)	–	**(26.801)**
Saldos em 31/12/2023	**3.324.635**	**–**	**14.828**	**277**	**56.014**	**32**	**3.395.786**	**29.057**	**3.424.843**
Aquisição	–	48.636	9.712	8.949	19.739	16.925	103.961	100.757	**204.718**
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Transferências	–	2.706	(297)	–	–	305	2.714	(2.714)	**–**
Amortização	(112.998)	(841)	(4.395)	(425)	(17.420)	(1.001)	(137.080)	–	**(137.080)**
Saldos em 31/12/2024	**3.211.637**	**50.501**	**19.848**	**8.801**	**58.333**	**16.261**	**3.365.381**	**127.100**	**3.492.481**

Em 2024 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente:
• Início das atividades de engenharia e execução de projetos destinadas a realização das obras da fase 1-A (nota nº 1). • Outras obras de melhoria imediata das instalações e equipamentos foram realizadas nos 11 aeroportos. **c. Teste de *impairment*:** A Companhia efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2024, os cálculos do valor em uso foram realizados sob a base das projeções dos fluxos de caixa aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. O valor recuperável da unidade geradora de caixa em 31/12/2024 foi estimado em R$ 3.446.708 e, por comparação com seu valor contábil, não há valor de *impairment* a ser registrado no exercício de 2024. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 11,35% e corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital antes de impostos é de 17,2%. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Companhia são: a macroeconomia, a curva de demanda de passageiros, a variação tarifária, a receita comercial, o nível de investimento e os custos operacionais. Foram utilizadas as previsões contidas no último Plano de Negócios elaborado pela Administração, que apresenta o custo dos investimentos como principal variação com respeito ao utilizado na oferta. O teste de *impairment* reflete o Plano de Negócios (BP) 2025-2029, aprovado pelo Conselho Administrativo em dezembro de 2024, considerando a macroeconomia do Santander com data de 29/11/2024 (IPCA de 4% no longo prazo). A atualização de tráfego, realizada em dezembro pela Diretoria de Planejamento (Espanha), está vinculada a uma melhoria na previsão do PIB publicada pelo FMI no final de outubro de 2024. Para a receita regulada, foi considerada a tarifa teto conforme contrato de concessão. A Receita Comercial e o OPEX a partir de 2030 (ponto de partida) foram baseadas no BP de 2029, com elasticidade revisada pela área responsável e melhorias pós-obra. Houve uma revisão pela equipe de infraestrutura do valor do CAPEX 2024-2029 (Obras Fase 1-B), considerando os valores já adjudicados. A seguir mostra-se o teste de sensibilidade do *Impairment*, através de variações razoáveis nas seguintes variáveis: • Taxa de desconto: +0,5% / -0,5% • Tráfego de passageiros: Foram propostos dois cenários possíveis para o tráfego de 2023. No cenário mais pessimista, a variação do tráfego de 2025 em diante é considerada abaixo do cenário base; foi considerado também um cenário mais otimista com uma variação do tráfego de 2025 em diante superior ao cenário base. As variações do *impairment* em relação ao cenário base descrito resultantes da análise de sensibilidade estão demonstradas abaixo:

	WACC		
Recuperação do tráfego (PAX)	**11,85%**	**11,35%**	**10,85%**
Curva tráfego pessimista –1,0%	(373.666)	(40.486)	322.090
Curva cenário base	(317.620)	19.243	385.818
Curva tráfego otimista +1,0%	(261.605)	78.940	449.511

13. Fornecedores: Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2024	2023
Obras e equipamentos	3.611	90
Operação	30.178	27.752
	33.789	**27.842**

14. Partes relacionadas: a. Controladora: O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A. **b. Saldos e transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas. As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo), aprovado no conselho de 22/01/2024. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil (BOAB), especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como, para os serviços de assessoramento e apoio a gestão, licenciamento das aplicações informática de uso corporativo e operacional, bem como o suporte de sustentação das referidas aplicações. Com o objetivo de ser possível cumprir com os gastos relativos ao início das atividades operacionais da Companhia, e disponibilidade parcial do caixa necessário para os investimentos previstos na fase I-A, a Companhia assinou em 20/01/2023 um empréstimo intercompany com a Aena Internacional (ADI), no valor de R$ 2.450.000 (dois bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sendo os recursos disponibilizados em 06/02/2023. O referido empréstimo foi contratado a taxa de CDI, com liquidação dos juros realizadas semestralmente e vencimentos do principal definido inicialmente para março de 2025, e prorrogado para dezembro de 2025.

Movimentação	2024
Saldos em 31/12/2022	**–**
Valor principal empréstimos Intercompany Loan	2.450.000
Juros incorridos – Intercompany Loan Juros	275.762
Juros pagos – Intercompany Loan Juros	(159.123)
Saldos em 31/12/2023	**2.566.639**
Juros incorridos – Intercompany Loan Juros	259.684
Juros pagos – Intercompany Loan Juros	(271.926)
Saldos em 31/12/2024	**2.554.397**

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram:

	ANB	Aena SME	Total
Saldos em 31/12/2023	**835**	**40.059**	**40.894**
Adições	16.023	890	16.913
Pagamentos	(15.384)	(476)	(15.860)
Variação Cambial	–	7.693	7.693
Saldos em 31/12/2024	**1.474**	**48.166**	**49.640**

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

Contas a pagar – partes relacionadas	Vencimento	Moeda	2024	2023
Aena, SME, as – serviços, despesas e outros (i)	2025 a 2027	Euro	48.166	40.059
Aeroportos do Nordeste do Brasil as – ANB (ii)	dez/25	Real	1.474	835
			49.640	**40.894**

Empréstimo – partes relacionadas	Vencimento	Moeda	2024	2023
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan juros – Circulante	dez/25	Real	104.397	116.639
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan principal – Circulante	dez/25	Real	2.450.000	2.450.000
			2.554.397	**2.566.639**

Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas que foram contratados em Euro, são convertidos em Real, pela taxa de câmbio na data da transação e atualizados a cada data de fechamento, conforme define a política contábil descrita na nota nº 6.a. (i) A companhia registrou transações com Aena, SME, S.A. que suportaram a Companhia em suas operações e aquisições. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio da Aena SME e AENA ADI, contabilizados como despesas gerais e administrativas por R$ 3.332 (2023: R$ 713) e com o licenciamento de sistemas informatizados para utilização nas atividades corporativas e sistemas operacionais, em uso ou implantação e andamento, todos classificados como intangível por R$ 44.463 (2023: R$ 39.346). (ii) Refere-se ao valor das despesas corporativas do mês de dezembro de 2024, com base no contrato de compartilhamento de atividades firmado entre as Companhias, com objetivo de sinergia na execução das atividades corporativas das empresas. O referido contrato foi homologado junto a ANAC. (iii) Em 06/02/2024 e 06/08/2024 a Companhia realizou pagamentos de juros semestrais a Aena Desarrollo Internacional SME (ADI), nos montantes de R$ 145.849 e R$ 126.077, respectivamente, referente aos juros Intercompany Loan e R$ 25.738 e R$ 22.249 a título de IRRF em favor da ADI, que será compensado nas transações a pagar entre a BOAB e ADI. Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de ativo (contas a receber com partes relacionadas):

Contas a receber – partes relacionadas	Vencimento	Moeda	2024	2023
Aena Desarrollo Internacional SME, SA	2025	Real	47.987	28.080
			47.987	**28.080**

c. Remuneração de pessoal chave: A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R$ 3.047, correspondendo R$ 2.143 a remuneração fixa e R$ 904 a variável (2023: R$ 2.835, fixa R$ 2.007 e variável R$ 828). Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações. **15. Impostos a recolher:** O montante de impostos a recolher se refere aos seguintes impostos:

	2024	2023
IRRF	414	368
PIS	1.725	1.624
COFINS	5.748	7.554
ISSQN	7.553	3.715
INSS	1.672	1.001
CIDE	3.766	4.006
CSRF	1.130	492
	22.008	**18.760**

15.1 Passivos fiscais correntes:

Passivos fiscais correntes	2024	2023
Imposto de renda	21.294	–
Contribuição social	8.229	–
	29.523	**–**

Na nota 10, é apresentada a apuração e movimentação por natureza de diferença temporária, e o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação realizada nos exercícios de 2024 e 2023. **16. Obrigações sociais e trabalhistas:** Aqui são demonstradas as obrigações com pessoal decorrentes da folha de pagamento, além dos encargos sociais a recolher, como INSS, Imposto Sobre Seguridade Social e IRRF, Imposto de Renda Retido na Fonte, assim como o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos incidentes sobre a folha de pagamentos e que serão recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2024	2023
Ordenados e salários	147	–
Rescisão a pagar	–	12
Provisões de férias (a)	5.849	2.351
IRRF sobre FOPAG	1.759	1.185
FGTS a recolher	1.000	611
INSS a recolher	3.673	2.316
Remuneração variável (a)	7.007	2.040
Contribuição sindical	311	1
	19.746	**8.516**

(a) As provisões trabalhistas em 2024 abrangem os 12 meses do ano, enquanto em 2023 corresponde a 4 meses, a partir do início das transferências operacionais. **17. Provisões de contas a pagar:** As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício. O aumento nos saldos em 2024 é resultado do fluxo iniciais das obras na BOAB.

	2024	2023
Serviços jurídicos	84	22
Serviços de bombeiros (a)	2.508	2.954
Serviços de engenharia, construção e serviços (CAPEX) (b)	42.142	7.891
Consumos (Energia, água, combustíveis e materiais)	2.975	3.640
Outros serviços de terceiros (c)	12.502	13.370
	60.211	**27.877**

(a) A linha de serviços de bombeiros corresponde aos serviços contratados para execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias. (b) Provisões para contratos de engenharia e projetos e serviços de engenharia, arquitetura e outros relacionados a Fase 1 A. (c) Referem-se aos serviços: Manutenção e conservação de edifícios, gerenciamento de resíduos e vigilância e segurança. **18. Outras contas a pagar:** Contemplam obrigações como prémios de seguros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Cauções de terceiros (a)	2.534	773
Adiantamento de clientes (b)	485	121
Valores a repassar a terceiros (c)	317	177
Outras contas a pagar (d)	57	2.004
	3.393	**3.075**

(a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais. (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos. (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais. (d) Valores de seguros a pagar. **19. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais ou administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária resultante do curso normal de seus negócios. Possuindo processos avaliados pelos consultores jurídicos com risco possível, para os quais não foram constituídas provisões, e risco provável, cuja provisão foi devidamente constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 25) e IAS37, conforme apresentado a seguir:

	2024	2023
Processos com risco possível		
Trabalhistas (19.1)	309	–
Tributários (19.2)	57.767	–
Cíveis	311	–
	63.787	**–**
Processos com risco provável		
Cíveis (19.3)	41	–
	41	**–**
Circulante	41	–
Não circulante	–	–
	41	**–**

A seguir, está demonstrada a movimentação no exercício:

	Riscos trabalhistas	Riscos tributários	Riscos cíveis	Total
Saldos em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**
Adições	–	–	41	41
Saldos em 31/12/2024	**–**	**–**	**41**	**41**

19.1 Riscos trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização). Em dezembro de 2024 estes processos totalizam R$ 5.709, com classificação de risco possível com base nas avaliações dos assessores jurídicos. **19.2 Riscos tributários:** A Companhia, a partir de fevereiro de 2024, vem recebendo notificações de lançamento tributário dos municípios nos quais se encontram localizados os aeroportos do Bloco SP/MS/PA/MG, referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), cujos valores somam a importância de R$ 57.767. Considerando que o IPTU é um tributo cobrado a partir da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, que a posse precária está excluída de tais hipóteses, e considerando o próprio Contrato de Concessão firmado junto à ANAC, pelo qual a União Federal não deixou e não deixará de ser proprietária do imóvel em questão, a Administração entende que a Companhia exerce uma posse precária, principalmente porque os bens serão revertidos à União ao final da concessão, e que assim, a cobrança de IPTU não é devida em razão da imunidade tributária recíproca sobre bens da União. Ademais, a transferência das operações dos aeroportos do Bloco SP/MS/PA/MG à esta Companhia somente ocorreu ao final do Estágio 2, da Fase I-A prevista no Contrato de Concessão nº 002/ANAC/2023, o que se deu a partir de outubro de 2023. Em razão disto, é que a Companhia vem apresentando as competentes impugnações aos lançamentos tributários e inscrições no CADIN, cujos estão sendo discutidos administrativamente, a fim de ver reconhecida a ausência de responsabilidade da Companhia quanto aos lançamentos, assim como a imunidade tributária aplicável aos aeródromos de propriedade da União. Destaca-se, ainda, que, acerca da temática, e observando a existência de repercussão geral atribuída ao Tema 1297 do STF (RE 1.479.602 MG), na discussão para saber se a concessão de serviço público afasta a imunidade tributária recíproca para fins de incidência de IPTU sobre bens públicos afetados à prestação do serviço, o Ministro Relator André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, determinou o sobrestamento/suspensão dos processos judiciais e administrativos correlatos ao referido tema em todo território nacional, conforme Decisão Monocrática proferida em Dezembro de 2024. Não obstante, em se considerando a possibilidade de não ser atribuída a imunidade tributária recíproca sobre a totalidade da área que engloba o complexo aeroportuário, mas tão somente às áreas aeroportuárias destinadas às atividades afetadas pela atividade operacional e essenciais para a prestação do serviço público, nos contratos de cessão de uso de área firmados pela Companhia com os subconcessionários, há clara disposição contratual acerca da responsabilidade destes pelos encargos tributários incidentes sobre a área subconcedida. **19.3 Riscos cíveis:** Processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas e outros), fornecedores, órgãos reguladores, ambientais ou de controle sanitário, além de usuários, relativos a pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigações a fazer, ou outras naturezas, sendo os valores provisionados referente aos processos descritos abaixo: Em 2024 a Companhia realizou provisões de processos judiciais ligados as questões de indenizações de bagagens no valor de R$ 6 e processos por danos morais no valor de R$ 35. Sendo provisionados valores correspondentes a processos cuja indicação da assessoria jurídica aponta classificação de risco como provável. **19.4 Ativo Contingente - exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Mandado de segurança):** Considerando a perspectiva de recuperação de crédito tributário em razão da discussão travada no Tema 118 do STF (Leading case RE 592616), em 27/08/2024 a Companhia impetrou mandado de segurança nº 5022896-23.2024.4.03.6100, objetivando a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a recuperação do valor pago a este título desde o início das operações em 2023. Em 22 de novembro 2024, foi concedida medida liminar favorável à BOAB, para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos valores recolhidos a título de ISS, na base de cálculo das parcelas vincendas da contribuição ao PIS e da COFINS, nos termos do artigo 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional. Referido Mandado de Segurança aguarda julgamento definitivo. Os valores estimados dos créditos são R$ 607 e R$ 3.569 nos períodos 2023 e 2024, respectivamente. **20. Patrimônio líquido: 20.1 Capital social:** O Capital Social da Companhia subscrito é de R$ 4.124.033, dividido em 4.124.033.397 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizado o importe de R$ 1.639.250, em 26/01/2023. Em 2024, a Companhia apurou um lucro de R$ 173.827, após a compensação do prejuízo acumulado de R$ 54.580, foram destinados R$ 119.246, sendo R$ 5.962 de reserva legal e R$ 113.284 para lucros retidos. **20.2 Reserva legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades** por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2024 a Companhia constituiu o montante de R$ 5.962. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital. **20.3 Reserva de retenção de lucros:** A deliberação para retenção do lucro, ocorre em razão do plano de negócios aprovado para contratação de notas comerciais, que define, como condi**ção precedente** restrições para realização de pagamento de dividendos antes de 2026, com base em cláusulas restritivas ao referido financiamento. Portanto, o lucro apurado no exercício de 2024 ficou retido, utilizando-se, para tanto, a conta de Reserva de Lucros, com base no disposto no art. 202 §3º, II c/c art. 196 LSA. Em 31/12/2024 e 2023 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. **21. Receitas operacionais:** No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2024	2023
Receitas tarifárias	743.110	131.158
Receitas não tarifárias	357.689	64.058
Receita de construção	187.215	42.709
Outras receitas e venda de sucata	53	1
Deduções		
Impostos sobre receitas	(139.225)	(24.497)
Descontos (i)	(3.797)	–
	1.145.045	**213.429**

(i) Concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2024	2023
Receitas tarifárias	636.740	112.630
Receitas não tarifárias	321.040	58.089
Receita de construção	187.216	42.710
Outras receitas e venda de sucata	49	1
Receita operacional líquida	**1.145.045**	**213.429**

22. Custos dos serviços prestados: O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2024	2023
Serviços (a)	(112.555)	(23.190)
Conservação, Manutenção e Limpeza	(77.533)	(12.191)
Depreciação e Amortização	(138.244)	(27.146)
Custos com pessoal	(51.845)	(8.472)
Consumo de água e energia (b)	(21.549)	(2.173)
Seguros	(7.545)	(2.509)
Materiais e consumo	(9.183)	(1.701)
Outros	(3.347)	(758)
Custo dos serviços prestados	**(421.801)**	**(78.140)**
Custos de construção	(187.215)	(42.710)
Total	**(609.016)**	**(120.850)**

Em geral a variação dos custos operacionais em 2024 abrange os 12 meses do ano, enquanto em 2023 cobrem apenas 4 meses, a partir do início das transferências operacionais. (a) Os custos dos serviços prestados referem-se, substancialmente, aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação e segurança dos aeroportos; (b) Consumos de água e energia deduzidos dos rateios com subconcessionárias. **23. Despesas gerais e administrativas:**

	2024	2023
Despesas com pessoal (a)	(41.072)	(23.308)
Serviços	(9.024)	(17.436)
Despesas corporativas ANB e BOAB (b)	(16.023)	(8.337)
Outros	(4.658)	(2.805)
	(70.778)	**(51.886)**

(a) Em 2024 foram realizadas as contratações de pessoal para as operações dos aeroportos. (b) A Companhia firmou acordo com Aeroportos do Nordeste do Brasil (ANB) para compartilhamento das atividades corporativas. **